



Balanço Financeiro

(Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964)



IPREO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES MUNICIPAIS DE OROBÓ - PE
RPPS

**EXERCÍCIO FINANCEIRO ENCERRADO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2023.**



Resolução TC-PE nº 216, de 06 de dezembro de 2023

APRESENTAÇÃO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FARIAS BRITO, SEVERINO LUIZ PEREIRA DE ABREU
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 1a2538a4-defd-4b40-b30a-1304d4b0ad92

O Balanço Financeiro Individual por Entidade foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 3, da Parte V, da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06. Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração deste balanço sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente. As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo da (CECOM). O balanço tem por objetivo apresentar o fluxo financeiro da entidade, decorrente das operações orçamentárias e extraorçamentárias apuradas durante todo o exercício de 2023, a qual resulta em aumento ou diminuição das disponibilidades financeiras ao compararmos saldos iniciais e finais. Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 216/2023. Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.



Instituto de Previdência de Orobó

IPREO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE OROBÓ

IPREO

BALANÇO FINANCEIRO

Balancos Gerais - Exercício de 2023

INGRESSOS		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			13.301.341,89	10.636.724,47
Ordinária			0,00	0,00
Vinculada			13.301.341,89	10.636.724,47
Recursos Vinculados à Educação			0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde			0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS			11.960.297,47	10.636.724,47
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS			0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social			0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos			1.341.044,42	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)			0,00	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária			0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária			0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS			0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS			0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)			797.778,52	461.261,21
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			0,00	574,39
Inscrição de Restos a Pagar Processados			1.726,20	494,54
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			796.052,32	460.192,28
Outros Recebimentos Extraorçamentários			0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)			6.617.532,14	4.559.906,20
Caixa e Equivalentes de Caixa			6.617.532,14	4.559.906,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)			20.716.652,55	15.657.891,88



**Instituto de Previdência de Orobó**

IPREO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE OROBÓ

IPREO

BALANÇO FINANCEIRO

Balanços Gerais - Exercício de 2023

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		10.463.570,66	8.850.360,53
Ordinária		0,00	0,00
Vinculada		10.463.570,66	8.850.360,53
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS		10.207.698,10	8.850.360,53
Recursos Destinados à Previdência Social – RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		255.872,56	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		369.791,98	189.999,21
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	572,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		369.791,98	189.427,21
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		9.883.289,91	6.617.532,14
Caixa e Equivalentes de Caixa		9.883.289,91	6.617.532,14
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		20.716.652,55	15.657.891,88





Instituto de Previdência de Orobó

IPREO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE OROBÓ

IPREO

BALANÇO FINANCEIRO

Balancos Gerais - Exercício de 2023

DISPÊNDIOS

Nota

Exercício Atual

Exercício Anterior

ROSTAND FALCÃO DE LIMA
CONTADOR

FELICIO DE OLIVEIRA
SOUZA
Presidente





1 - INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade:

Instituto de Previdência dos Servidores de Orobó – Regime Próprio de Previdência Social – RPPS

Natureza Jurídica do órgão ou entidade:

Órgão Público do Poder Executivo Municipal – CNPJ: 09.027.587/0001-05

Domicílio do órgão ou entidade: Rua Agamenon Magalhães, 13, CEP nº 55.745-000, Centro, Orobó - PE.

Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

Criado pela Lei Municipal nº 842 de 05/04/06, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), destinado exclusivamente aos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos, de caráter contributivo e obrigatório, mediante a contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Código e descrição da atividade econômica principal nº **84.30-02-00 – Seguridade social obrigatória e atividade secundária Fundos de investimentos previdenciários cód. 64-70-1-02. Não há segregação de massas.**

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Consolidação das demonstrações contábeis:

Os demonstrativos contábeis compreendem a execução orçamentária e extraorçamentária deste órgão.

Dados do Gestor:

Felício de Oliveira Souza. Cargo: Gestor.

Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Rostand Falcão de Lima – CRC-PE nº 019974/O-8 - e-mail:

rostandfalcao@hotmail.com

Sítio eletrônico – Portal da Transparência:

<https://orobo.pe.gov.br/transparencia/>



2 – RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Bases de mensuração utilizadas:

Os componentes resultantes da execução orçamentária do exercício de 2022 foram mensurados pelo custo histórico de acordo com a determinação da Resolução CFC nº 1.137/2008. Foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciable/amortização/exaustão seguindo o modelo de cotas de depreciação definidos pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

No exercício de 2023 foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações contábeis em atendimento as NBCASP, além dos atos potenciais no sistema compensado decorrentes dos contratos de prestação de serviços em execução. O grande objetivo destas importantes mudanças que nos propomos a encampar é o de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

-Classificação de ativos:

Esta demonstração contábil foi elaborada com observância aos princípios contábeis vigentes, às convenções e os procedimentos específicos aplicados pela entidade na sua apresentação. Adotou o regime contábil da competência no trato com as despesas e o regime de caixa para as receitas. Apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

-Constituição de provisões:

Foram constituídas provisões matemáticas para cobertura do plano de benefícios do ente.

-Reconhecimento de variações patrimoniais:

Houve reconhecimento de variações patrimoniais, decorrentes da execução orçamentária e da constituição de provisões de benefícios concedidos e a conceder.

-Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos ou entidades:

Não houve transferência de riscos e benefícios significativos para outras entidades.



3 - DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES:

Apresentação e estruturação dos demonstrativos contábeis

ESTA demonstração contábil foi elaborada com observância aos princípios contábeis vigentes, às convenções, convergência às normas internacionais IPSAS da IFAC e os procedimentos específicos aplicados pela entidade em sua apresentação. Adotou o regime contábil da competência no trato com as despesas e o regime de caixa para as receitas.

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público (NBC T SP 11) e MCASP.

3.1 - Caixa e equivalentes de caixa

A composição das disponibilidades, serão abaixo descritas:

Contas	Exercício atual R\$	Exercício anterior R\$	AH %
Caixa e Bancos	9.883.289,91	6.617.532,14	49,35
TOTAL	9.883.289,91	6.617.532,14	49,35

Fonte: Sistema PublicSoft

Neste exercício, as disponibilidades financeiras da entidade foram aumentadas em R\$ 3.265.757,77.

Esta variação é considerada atípica, foi decorrente do aumento da arrecadação das receitas orçamentárias e intraorçamentárias.

Detalhamento da receita orçamentária originária:

Descrição	Exercício 2023 (a)	Exercício 2022 (b)	Diferença (c) (a-b)
Receita de Contribuições	3.480.395,69	2.932.972,71	547.422,98
Receitas Patrimoniais	920.993,36	473.439,43	447.553,93
Outras Receitas	2.939.804,97	164.815,49	2.774.989,48
TOTAL	7.341.194,02	3.571.227,63	3.769.966,39

Houve aumento da receita de contribuições de 105,56% em comparação ao exercício anterior.

A receita de contribuições intraorçamentárias previstas importaram em R\$ 6.769.000,00 enquanto as receitas arrecadadas totalizaram em R\$ 5.960.147,87. Houve um déficit das receitas intraorçamentárias arrecadadas no exercício, correspondente a R\$ (808.852,13).

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício, como veremos abaixo:

Balanço Financeiro	R\$
Saldo em Bancos para o exercício seguinte	6.617.532,14
(-) Saldo em Bancos do exercício anterior	(4.559.906,20)
= Resultado Financeiro do Exercício	2.057.625,94



O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

A variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento.

Portanto, a análise pode ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores orçamentários e extraorçamentários.

Eventuais ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem o Balanço Financeiro

Não foram realizados ajustes de retenções, e, portanto, não houve qualquer impacto no referido balanço.

Detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/ destinação de recurso

Não foi realizada qualquer dedução da receita orçamentária no exercício, visto que, no rol de receitas do RPPS não houve qualquer dedução.